

Artigos

Poder: dimensões relacional, discursiva e performática*

Isaac Ariail Reed**

Resumo: Este artigo se debruça sobre o par analítico poder-causalidade com o objetivo de tecer um comentário sobre as dimensões relacional, discursiva e performática de poder. Cada uma dessas dimensões de poder está enraizada em um diferente entendimento de causalidade social: realista-relacional, discursiva-hermenêutica, e performática-pragmática. Para os fins de uma análise empírica, será proposto um cruzamento entre esse modelo dimensional e a clássica tipologia das fontes de poder desenvolvida por Michael Mann e outros, para que dessa forma a pesquisa sociológica sobre poder se arme com um aparato conceitual mais sólido e ganhe mais complexidade e efetividade em suas explicações. O exemplo que melhor ilustra o modelo que aqui será debatido é uma imagem retirada da sociologia histórico-comparativa: a Queda da Bastilha e suas causas e consequências. Uma série de questões de pesquisa será levantada no texto com o objetivo de investigar a autonomia relativa do poder performativo. Por último, será esboçada uma aproximação entre o modelo aqui analisado e as teorias sociológicas de poder, incluindo os argumentos de Steven Lukes, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, entre outros.

Palavras-chave: poder; performance; discurso; estrutura social; Steven Lukes; causalidade; dimensões.

Introdução

Imaginemos uma série de ações e interações que nos conduza a um determinado resultado sociologicamente relevante. Suponhamos que esse resultado seja político em um sentido amplo – suponhamos que seja uma decisão sobre como um grupo de seres humanos irá ordenar suas vidas conjuntas e fazer outras decisões no futuro. Ao considerar tais conjecturas, um sociólogo pode estar interessado nas reuniões de uma assembleia municipal pública e nas conversas informais do dia a dia ali travadas sobre o voto em uma nova proposta de lei ou à eleição do prefeito de uma cidade pequena; ou como a diversidade étnica e racial do corpo docente dos departamentos universitários é influenciada pelas regras de votação do colegiado e pelo tipo de entrevista que cada departamento faz na hora da contratação de seus novos membros; ou na forma como três sindicatos diferentes decidem sobre a oportunidade de realizar uma greve; ou ainda como uma reunião de negócios sobre a fusão de empresas, influenciada por uma série de conchavos que precederam o encontro, resulta em um tipo específico de reestruturação corporativa.

* Tradução do artigo "Power: relational, discursive, and performative dimensions" (2013), autorizada pela SAGE Publications e realizada por Lucas Bezerra Facó e Pedro Martins de Menezes.

** Professor assistente do Departamento de Sociologia da University of Colorado at Boulder, pesquisador da Virginia Foundation for the Humanities. <Isaac.Reed@Colorado.EDU>. O autor agradece a Lucas Bezerra Facó e a Pedro Martins de Menezes pela tradução do artigo e a José Bortoluci pelas importantes discussões teóricas.

Eu diria que explicar esses resultados é importante para sociologia e que, mesmo desconsiderando controvérsias que giram em torno da relação desses resultados com a democracia e com o bem-estar da sociedade, os sociólogos encontram aqui um assunto complexo a ser estudado. Como devemos explicar o que aconteceu em um caso específico, ou em um panorama formado por vários eventos, ou como comparar entre si as ocorrências, em situações diferentes de circunstâncias? Quem triunfou? Quem perdeu? Que variável não chegou a ser considerada? Quais demandas não foram devidamente atendidas ou foram ignoradas? E quem nem mesmo chegou a saber que estava sendo manipulado e dominado?

Essas são questões sobre poder. Especialmente em sociologia, essas questões não se resumem a meras decisões intrincadas. No entanto, é útil partir da análise desses cenários quando se quer discutir poder, porque é nessas situações que a relevância do conceito e sua capacidade de fornecer uma explicação clara para o resultado atingido se evidenciam. Agora imagine as três seguintes noções sociológicas que, com seus respectivos vieses, buscam entender como se chegou a um ou a vários resultados.

Uma noção enfatiza o capital social, os mecanismos de promoção e de troca, a posição dos atores-chave e a relação que estabelecem entre si. Talvez todo mundo na cidade já deva um favor a um certo candidato a prefeito; talvez uma antiga e sólida relação de negócios fundada em lucro e confiança para ambos os lados coloque um diretor da empresa em uma situação de grande vantagem em uma dada série de negociações. Ou talvez, em um debate que em outro contexto não seria sequer travado, um velho membro do sindicato anteriormente quase excluído, ao retornar com prestígio renovado da experiência recente em um sindicato maior, consiga jogar seu peso sobre o debate e levar o resultado para um lado ou para outro. Nesses casos, as análises de rede podem ser úteis se as fronteiras estiverem corretamente delimitadas e o funcionamento desigual das trocas for compreendido em toda a sua complexidade. De modo geral, pode-se analisar o resultado focado pelo prisma de uma certa estrutura de relações sociais de dinâmica temporalmente variável. Nessa estrutura, as pessoas ocupam posições de vantagem e outras de desvantagem. Não por coincidência, essas posições dizem respeito a quem vai ganhar, quem vai perder e quem será radicalmente excluído no final. Essa é a *concepção relacional de poder*.

A segunda concepção se interessa pela fala, simbolização, narrativa, codificação e, principalmente, pela intersecção entre percepção e vantagem. Talvez, nas reuniões públicas da assembleia municipal, um grupo se mostre muito competente em “emoldurar” a questão em um determinado modelo. Na verdade, os membros do grupo são tão habilidosos no tratamento da matéria que, ao final do processo,

o resultado parece ter sido *naturalmente* recebido como inevitável, como a única opção séria a ser realizada, ou, até mesmo, como a decisão moralmente correta a se tomar. Ou, no debate acerca da greve, as repetidas conversas e interações de vários membros espalharam uma determinada ideia sobre entrar em greve que se relaciona exatamente com os valores essenciais de masculinidade, coragem, responsabilidade e orgulho. Ou talvez, no longo percurso rumo ao topo, membros de corporações empresariais comecem a interpretar a si mesmos e a sua relação com o mundo em termos muito específicos, termos que fazem com que suas ações pareçam a coisa mais natural do mundo, boas para o capitalismo, para o crescimento, até se chegar a conclusão que, “obviamente”, é disso que a vida trata. É possível que essa noção sociológica chegue ao ponto de afirmar que, no final do processo, o tipo exato de pessoa que termina por fazer X ou Y – votando dessa ou daquela maneira, desistindo de entrar em greve etc. – foi *produzido* pelas repetidas falas e escritas simbólicas em que ele mesmo está inserido. Os sujeitos que tomam decisões foram construídos e tipificados pelas significações em que estão imersos. Essa tipificação promove disciplina e até mesmo dominação. Essa é a *concepção discursiva de poder*.

Por último, uma concepção enfatiza a criatividade situacional e a sequência temporal das ações que produziram o resultado. A pessoa que atua, de fato, pode ocupar uma posição numa estrutura relacional e pode ser interpelada por certos discursos. Mas, para essa concepção, são os próprios atos que produzem novas realidades e que, dessa maneira, direcionam todo o processo para um caminho ou para outro. Ter um bom senso de oportunidade, surpreender, manter o público envolvido e convencê-lo, momentos de transformação e eventos que promovem cortes bruscos, são os elementos que explicam o resultado a que se chegou. A ordem em que as pautas são introduzidas em uma reunião afeta a maneira como ela é entendida;¹ uma fala-chave em um momento específico de tensão na última assembleia do sindicato faz a greve ser deflagrada; a manipulação das condições interacionais na mesa diretora (adiar a pausa para o almoço, cansar o opositor, apresentar-se com um numeroso grupo de advogados intimidadores) tem efeitos notáveis nas negociações empresariais. Para essa noção sociológica, algumas dessas ações são eficazes justamente porque *não* são naturalizadas, escondidas ou sorradeiras, muito pelo contrário: tais gestos são a explícita e repentina palavra de ordem expressa no momento exato em que pronunciá-la pareceria algo impensável; ideias extremas e insanas que ganham o público precisamente pelo fato de se valerem do absurdo da situação; atos que transformam o cenário previamente estabilizado; discursos que, mesmo feitos por alguém que não estava bem posicionado para proferi-los, acabaram por encerrar a questão. E assim, o voto é gritado, a autoridade evidencia-se e a empresa vai à falência. Essa é a *concepção performativa de poder*.

1. Adam Slez e John Levi Martin (2007) argumentam que examinar a “dinâmica temporal da ação política” permite explicar melhor o que aconteceu na convenção constitucional. Em particular, os autores consideram que “o significado de todas as questões – no sentido do que essa questões implicavam para os alinhamentos e oposições entre os atores – era condicionado pela maneira como as questões anteriores haviam sido decididas” (idem: 43).

De conceitos a dimensões

Essas são noções de noções sociológicas de poder abstratas e altamente idealizadas. Como tais – atribuídas informalmente, usando rápidas referências para construir exemplos – falta-lhes uma justificação teórica mais rigorosa; nas páginas que se seguem, pretendo elaborar e fundamentar esses conceitos de poder conceituando-os como dimensões de poder sujeitas a variações empíricas tal como elas funcionam no mundo. Eu especifico essas dimensões de poder e as relaciono com linguagens teóricas hegemônicas, objetivando analisar o poder e a dominação para então colocá-las em diálogo com diferentes ontologias de causalidade social, dando assim aos conceitos uma justificação epistemológica. Argumento que as dimensões de poder – relacional, discursiva e performática – devem compor parte da grande moldura dentro da qual realizamos as pesquisas sobre o poder em sociologia. Dito de maneira específica, essas três dimensões de poder devem ser vistas como uma linha vertical que corta ortogonalmente a já canonizada horizontalidade da teorização do poder entendida pelo prisma de suas fontes, associada a Michael Mann e outros (ver a discussão abaixo, bem como a Tabela 1). Por fim, sugiro que a dimensão performática do poder é, das três aqui apresentadas, a que foi menos compreendida pela sociologia e, a partir dessa constatação, sugiro algumas veredas de pesquisas que talvez possam remediar essa situação.

Poder: questões conceituais e debates teóricos

Poder é um conceito central que agrega em torno de si diversos debates sociológicos. A maneira a partir da qual os teóricos analisam, tipificam, delimitam conceitualmente ou compreendem o poder traz consequências para a pesquisa empírica e para as demandas reais que dela resultam. Mesmo no campo da teorização do poder, as questões permanecem muito pouco esclarecidas. Trata-se de um conceito essencial, mas também essencialmente contestado. As razões normativas para se estudar o poder são incontáveis, mas também o são as disputas conceituais que giram em torno dele, mesmo se as considerações normativas são parecidas. Como Gianfranco Poggi explicou ao revisitar o tema, o conceito de poder “possui definição particularmente das mais controversas e instáveis” (Poggi, 2006: 464). Várias soluções para esse problema foram propostas, como a de desenvolver limites claros sobre o que pode ser entendido como poder (Lukes, 2005: 108-124), ou a de considerar que poder é um conceito polissêmico que permite usos múltiplos (Haugaard, 2010).

Essa grande multiplicidade contemporânea é a herança de um debate que dominou o século desde que Max Weber definiu claramente o poder como “a possibilidade de um homem ou de um grupo de homens realizarem suas próprias vontades numa ação

social mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (Weber, 1978: 926). Em meados do século XX, inspirando-se nessa definição weberiana, Robert Dahl postulou a ideia de que “A tem poder sobre B na medida em que ele consegue que B faça algo que B não faria em outra circunstância” (Dahl, 1957: 202-203) e se utilizou desse conceito para estudar o poder de tomar decisões em New Haven, Connecticut (Dahl, 2005). Talcott Parsons propôs uma redefinição radical do termo, ao argumentar que seus críticos – especialmente C. Wright Mills (1959: 35-49) e Ralf Dahrendorf (1958: 126-127) – definiram poder como sendo um jogo de soma zero entre os que têm poder e os que não têm. Parsons propôs uma analogia entre poder e dinheiro, o poder poderia ser aumentado e incrementado pela reorganização social e, como o dinheiro, também poderia funcionar como meio generalizado pelo qual as sociedades funcionam. Dessa maneira, ainda que uns possuíssem mais poder ou mais dinheiro que outros, no limite, o poder, assim como o dinheiro, era um produto do sistema social como um todo (Parsons, 1963).

Em um ataque direto a Parsons, Anthony Giddens argumentou que, por meio de um jogo de definições, Parsons desconsiderou “dois fatos óbvios”, a saber, “que, muitas vezes, decisões autoritárias servem a interesses transversais e que os conflitos mais radicais na sociedade emergem de lutas por poder” (Giddens, 1968: 265). Segundo Giddens, para Parsons “o poder tornou-se simplesmente uma extensão da ideia de consenso, ou seja, os significados que a sociedade usa para atingir suas metas” (Giddens, 1968: 268). Steven Lukes (2005: 31-36) opunha-se a Parsons de maneira semelhante a Giddens, Mills e Dahrendorf. Mas a “visão radical” de poder de Luke, ainda que se distanciasse de Parsons, foi primordialmente desenvolvida em oposição a visão “pluralista” de poder comum à ciência política americana da época (a exemplo de Bachrach & Baratz 1962; 1970; Dahl 2005). Para Lukes, das três dimensões existentes de poder, Dahl havia compreendido apenas uma e seus críticos somente duas. Por ter centrado esforços em entender quais líderes teriam a capacidade de influenciar o processo de tomada de decisões, Dahl acabou passando ao largo tanto de um estudo sobre como algumas questões e decisões nunca chegavam a ser suscitadas (a segunda dimensão), bem como de uma análise acerca da manipulação das preferências da população (a terceira dimensão). Uma das fontes intelectuais desse problema, segundo Lukes, foi o uso metodologicamente individualista que Dahl fez da definição weberiana de poder. Enquanto isso, a teoria do poder de Lukes se debruçou sobre o problema marxista-gramsciano de como o consentimento dos dominados é obtido. Com algumas poucas alterações, essa é a posição que Lukes defende (2005: 124-151) em *Poder: uma visão radical*, obra extremamente atual.

As teorias pós-parsonianas de poder seguiram então o que poderia ser chamado, em um sentido amplo, de direções cultural-marxistas e estrutural-weberianas. A primeira toma por foco de análise a ideologia, a hegemonia, o consumo, e outros

aportes típicos das sociedades capitalistas (Laclau & Mouffe 1985), enquanto a segunda, especialmente na sociologia histórica, enfatiza o Estado como arena de poder (Evans, Rueschemeyer & Skocpol 1985). Foi nesse contexto que a leitura de Michael Mann do poder tornou-se central para a sociologia histórico-comparativa. Mann problematizou o poder enquanto instância que existe na forma de redes organizacionais e que responde a necessidades humanas básicas e, assim, separou os poderes ideológico, político, econômico e militar (Hall & Schroeder 2006; Mann 1992; 1993).

Essa ênfase nas diferentes bases organizacionais e/ou institucionais de poder – que chamo de “abordagem das fontes” – não ficou de modo algum restrita à sociologia histórica de Mann. John Scott (1996) observou o argumento weberiano contido em “Classe, estamento e partido” pelo prisma de três tipos de poder (classe, prestígio e “comando”) e analisou como, nas sociedades capitalistas, as bases do poder econômico sofriam também uma influência de hierarquias e estruturas de comando (Scott, 1996: 158-225). Em paralelo a essa leitura, Gianfranco Poggi (2001) ancorou seu trabalho sobre o Estado em um debate mais amplo sobre fontes de poder que muito se aproxima da análise de Scott: o poder político seria o controle dos recursos de governo, já o poder ideológico/normativo se ocuparia do controle do prestígio (especialmente no que diz respeito a entidades sagradas ou divinas), enquanto o poder econômico diria respeito ao controle dos recursos materiais. Para Poggi (2006), em particular, Mann teria cometido um deslize teórico ao separar poder político de poder militar. Portanto, entre os sociólogos que se filiaram a uma matriz weberiana, a teorização acerca do poder partiu de Lukes até Mann, descrevendo assim uma trajetória que se inicia na preocupação com as dimensões de poder e chega à preocupação com as fontes de poder (e as interações entre esses dois polos).

Outras matrizes teóricas de poder podem ser entendidas como variações dessa abordagem das fontes acima citada. Se considerarmos que o poder consegue se originar em diferentes esferas institucionais, complexos organizacionais, ou campos de ação social, então podemos dizer que esses campos não se resumem à política, à economia e à cultura. Pode-se considerar o modelo analítico de Bourdieu acerca dos campos a partir dessa perspectiva, na medida em que o autor entende a metáfora do capital como uma maneira de analisar como diferentes tipos de poder são convertidos em outros e como a luta pelo poder diz respeito à construção social do valor em arenas específicas de ação, como o Estado colonial (Steinmetz, 2008) ou a literatura (Bourdieu, 1995). Nesse tipo de estudo, antes de ser considerado como limitado, o número de campos de disputas que pode existir deve ser entendido como uma pergunta historicamente situada (Calhoun, 1993). Mas também se pode atentar para o retorno de um viés macroinstitucional e evolutivo da diferenciação institucional (entendido nos moldes de uma abordagem das fontes de poder) em que o poder estaria enraizado

nas instituições, em particular nas seis instituições centrais que parecem ser comuns a todas as sociedades: parentesco, religião, política, economia, direito e educação. Deve-se acrescentar a essa lista, talvez, ciência e arte como esferas autônomas da era moderna (Abrutyn, 2009; Turner, 1997; 2003). Finalmente, também é possível sobrepor a essas abordagens aquelas desenvolvidas pelos autores da teoria dos sistemas ocupados do problema da diferenciação (Luhmann, 1995).

Os sucessivos debates sociológicos acerca das fontes de poder e suas interseções ganharam complexidade, em certas áreas da disciplina, devido à influência de Michel Foucault. Em alguns de seus escritos e entrevistas, Foucault argumentou que os pesquisadores não deveriam considerar o poder como algo que se possa “ter” (Foucault 1980: 142, 159, 198-200). Dessa maneira, o autor conceituou poder como algo difuso e anônimo, que produz tanto as instâncias que outros teóricos geralmente definiam como fontes gerativas ou matérias-primas de poder (corpos, populações, leis etc.) quanto os próprios agentes que exercem esse poder (para uma discussão sobre a produção de sujeitos através do poder, ver Digesser, 1992: 979-982). Em seu trabalho empírico, Foucault fez uma crítica à filosofia hobbesiana de poder ao defini-la como muito limitadora das possibilidades de análise. Ele sugeriu a ideia de um poder produtivo como contraponto à noção de poder representativo (ver, especialmente, Foucault, 1990: 92-102). Com isso, o autor reabriu uma série de debates sobre a complexa relação entre “poder de” e “poder sobre”, além de adicionar a essa problemática sua própria perspectiva sobre a importância das formações discursivas na formação das relações sociais (Allen, 2010; Honneth, 1993; Honneth, Allen & Cooke, 2010; Saar, 2010).

Para reorganizar as teorias sociológicas de poder: três eixos de debate

Uma análise tão breve, quase telegráfica, não consegue nem arranhar a superfície dos vários debates sobre poder (para uma recente revisão de fôlego do assunto, ver Hearn, 2012). Entretanto, dentro da vastíssima literatura sobre o tema, três eixos de debate podem ser identificados.

Primeiro eixo: a tradicional distinção entre “poder de” (capacidade) e “poder sobre” (dominação), iconicamente representada na diferença entre Parsons e Dahrendorf – ou entre Arendt e Hobbes (Gohler, 2009; Pitkin, 1972; Wrong, 1968). Para esse eixo, a primeira questão é a de saber como o “empoderamento” está relacionado à dominação e como um melhor entendimento desses problemas pode influenciar tanto a pesquisa sobre, quanto talvez a prática de movimentos sociais que buscam liberdade e justiça (Allen, 2000). Um ponto chave desse debate é, por exemplo, identificar se certos tipos de capacidade (ou de “empoderamento”) seriam paradoxalmente depen-

dentes da dominação. Por exemplo, uma menina recebe atenção e amor de seus pais, o que a habilita a se tornar uma adulta independente e capaz – capacitada a agir no mundo. Mas essas mesmas formas de atenção e amor trazem em si noções de gênero e patriarcado que são inculcadas na menina, tornando-a assim vulnerável à dominação futura (Allen, 2010).

Segundo eixo: a série de argumentos sobre diferentes fontes de poder social e como elas interagem – partindo de Weber e passando por longas discussões sobre os poderes econômicos, políticos e culturais. Esses argumentos acabam evoluindo para uma série de questões históricas sobre como a importância das várias fontes de poder e a relação que estabelecem entre si variam no espaço e no tempo. Um exemplo bastante ilustrativo desse eixo pode ser observado nas pesquisas focadas no entendimento de como o poder econômico começou a dominar diferentes arenas sociais depois de ter se autonomizado de outras formas de poder que o continham (Polany, 2001). É comum se considerar que esse segundo eixo interpela ortogonalmente o primeiro, ou seja: entende-se que todas as fontes de poder podem ser relevantes para o “poder de” e para o “poder sobre”.

2. Alguns comentaristas tentaram separar os conceitos “modernos” de poder, focados no Estado, na economia e na ideologia, dos conceitos “pós-modernos”, focados em microprocessos e em efeitos discursivos, frequentemente com a implicação de que os primeiros são “causais” e os segundos “interpretativos” (Clegg, 1989; Torfing, 2009). Mas essa divisão foi considerada suspeita por comentaristas que conectaram a teoria foucaultiana do poder com a teoria parsoniana (Brenner, 1994; Giddens, 1984; Kroker, 1984), notando que ambos enfatizam o poder como algo sempre presente, como uma propriedade sistêmica das sociedades modernas.

Terceiro eixo: as “dimensões” de poder. Aqui o trabalho de Lukes é fundamental. Entendido em seu contexto intelectual de origem, o livro de Lukes *Poder: uma visão radical* foi escrito como desafio à compreensão das questões referentes à tomada de decisão política e à visão de poder centrada no governo que é própria à ciência política americana. Sendo assim, seu trabalho pode ser lido como uma sugestão de que há três *dimensões* para uma mesma *fonte* de poder (o político). Mas a terceira dimensão de poder de Lukes – definida como a manipulação dos interesses percebidos subjetivamente – aborda a questão através de sua elaboração teórica e empírica de como outras fontes de poder (econômico, cultural etc.) influenciam o poder político. Além disso, o fato de a teoria de Lukes estar amarrada a uma noção de atores e interesses reais, como ele mostrou (Lukes, 2005: 99-107) no acréscimo que fez a *Poder: uma visão radical*, acabou demarcando uma fronteira normativa entre sua perspectiva e a dos foucaultianos com quem ele debatia (Bordo, 2003; Flyvberg, 1998).

Esse extenso debate sobre razão e poder que acompanhou toda a interpretação da obra de Foucault acabou fazendo com que a ênfase na relação entre metodologia e teorização do poder, tão cara ao texto de Lukes, acabasse se perdendo;² um caso particular dessa mudança de trajetória é o obscurecimento que passou a tomar conta da conexão fundamental entre o conceito de “poder” e o de “causa”. As intermináveis disputas entre noções modernas e pós-modernas de poder acabaram por soterrar a proposta básica de Lukes de que o pesquisador da área do poder deveria estar informado não só por uma dada instância normativa, mas também por um determinado conceito de causalidade social. Na verdade, na aurora das teorias sociais do poder,

Thomas Hobbes já afirmava explicitamente que “poder e causa são a mesma coisa” (Hobbes, 1839-1845: 127).

Isso sugere que poderíamos discutir o poder em relação aos mecanismos causais do mundo social, como colocado em nossas metáforas teóricas utilizadas acima para exemplificar como o mundo funciona (Pepper, 1961). Além disso, já que a causalidade social é múltipla, essa multiplicidade poderia ser entendida como o alicerce para o entendimento das diferentes dimensões de poder e, conseqüentemente, como a base da pesquisa social sobre o poder. É essa a trajetória que se pretende traçar nesse artigo.

Explicações sociológicas, causalidade e poder

Consideremos aquilo que é, pelo menos para a teoria sociológica, um momento importante na história intelectual do debate sobre poder: o argumento de Marx e Engels contido no *Manifesto comunista* de que o crescimento massivo da capacidade produtiva social representado pela reorganização da produção dependia da dominação social que a burguesia exercia sobre o proletariado. Esse é um argumento que reúne o eixo das fontes de poder com a teorização acerca da intersecção entre capacidade (poder de) e dominação (poder sobre). A narrativa histórica de Marx relata o triunfo do poder econômico sobre outras fontes de poder. Tal ponto de vista cruza esse poder econômico situado em uma trama de capacidade produtiva (trama essa que fez a humanidade começar a se organizar socialmente para dominar a natureza e assim se ver livre da ameaça da fome) com uma dominação produtiva (onde esse feito se filia a um trabalho de degradação, humilhação, pauperização e desumanização do proletariado).

No entanto, como muitos comentadores já evidenciaram, há uma ligação entre esse argumento e o modelo epistemológico que Marx usou para construir suas explicações do mundo social (ver, principalmente, Benton, 1977: 38-169). Em Marx, a relação social estabelecida entre dominador e dominado é condicionada pela maneira específica através da qual uma dada sociedade se relaciona com a natureza por meio do trabalho e, mais especificamente, também pelos aspectos sócio-organizacionais da produção e distribuição dos recursos criados pelo trabalho. Mais à frente, essa leitura será influenciada pelos conceitos marxistas de totalidade (Arato & Breines, 1979; Jay, 1986) e de dialética (Jay 1996). Sendo assim, pode-se falar em conexão entre a teoria sociológica de Marx sobre poder e dominação e a sua metodologia/epistemologia do materialismo histórico.

Não é preciso um esforço muito grande para se obter uma generalização do argumento. Em Marx, de sua epistemologia histórico-materialista deriva(m) seu(s)

conceito(s) de poder; nos behavioristas, o conceito de poder é um desdobramento de seu individualismo metodológico; como os filósofos da ciência social deixaram nítido, Max Weber e Émile Durkheim pensaram sobre a epistemologia e a metodologia da explicação sociológica, particularmente a respeito da causalidade social, de maneiras bastante distintas. Certamente é possível catalogar a história das teorias do poder dessa maneira. Mas ainda há outra possibilidade: é possível também analisar a ligação poder-causalidade lançando mão de uma tipologia das dimensões de poder.³

3. Interessante: no artigo de Dahl (1957: 203) "The concept of power", o autor explicitamente afirma que "se mantém consciente da possível identidade entre 'poder' e 'causa', e do conjunto de problemas que essa identidade pode acarretar".

Uma tipologia como essa seria provisória e jamais encerraria a questão. O objetivo aqui é menos resolver de uma vez por todas as disputas epistemológicas/ontológicas sobre causalidade do que mobilizar certos constructos epistemológico-ontológicos – constructos esses que já provaram sua utilidade para a compreensão do funcionamento do mundo – para que se chegue a uma tipologia eficaz na pesquisa sobre poder e dominação. Tal argumento parte da premissa de que a gramática sociológica acerca da causalidade intenta, em alguns momentos, compreender o mundo social "lá fora" para que o pesquisador e o mundo possam se conectar (Dewey & Bentley, 1949). Porque exercer poder no mundo significa fazer algo acontecer, e porque nós temos, em teoria sociológica, um acervo complexo e plural de como as coisas devem acontecer no mundo, podemos usar nossas noções de causalidade para iluminar o conceito de poder. Três epistemologias contemporâneas diferentes de causalidade social, em particular, aparecem como o alicerce de uma tipologia das dimensões de poder. Embora essas epistemologias tenham raízes clássicas, para os fins desse artigo elas serão aqui apreendidas em suas manifestações teóricas mais contemporâneas.

Relacional-realista

No "Manifesto por uma sociologia relacional", Mustafa Emirbayer (1997) defende que o pensamento "relacional" deve tornar-se o modelo filosófico organizador da sociologia. Essa mudança, afirma o autor, traria implicações para os conceitos sociológicos fundamentais, incluindo o poder (Emirbayer, 1997: 291), que deveria então ser encarado por uma perspectiva "transacional" ou "relacional". Para Emirbayer, o poder deveria ser visto, primordialmente, como algo situado nas relações entre atores ou entre posições numa estrutura social. Esse contexto relacional é primordial porque é ele que dá aos indivíduos específicos aquilo que Pierre Bourdieu chamou de um "quantum de força social" (Bourdieu & Wacquant, 1992: 230). O artigo de Emirbayer é apenas uma instância dentro de um cenário recente composto por trabalhos que buscam desenvolver uma sociologia relacional (Donati, 2010; Vandenberghe, 1999), movimento esse que está contido em uma grande virada para o realismo sociológico (Bhaskar, 1998; Hedstrom, 2005; Porpora, 1989; Smith, 2010) e que traz uma nova

compreensão sociológica para a canônica ênfase na natureza real e plena de consequências das relações sociais (Blau, 1964; Emerson, 1962; Simmel, 1971. Ver ainda Molm, Peterson & Takahashi, 1999).

As questões de pesquisa suscitadas por essa perspectiva de causalidade social estão bastante marcadas nos debates sobre poder. Esses questionamentos se dedicam a compreender quais mecanismos sociais se fazem presentes nos diferentes casos ou momentos históricos e como e quando indivíduos ou grupos lidam com eles. Consideremos as pesquisas sobre Estado e poder do Estado: seria o moderno Estado americano uma arena de luta de classes onde competências administrativas funcionariam como mecanismos coercitivos que só poderiam ser acionados por algumas dadas frações das classes e não por outras (Domhoff, 1967; Milss, 2000)? Ou estaríamos diante de um cenário em que as próprias competências militares do Estado constituiriam e reconstituiriam elas mesmas as classes em uma dada conjuntura histórica (Mann, 1993; Tilly, 1990)? Como diferenças na organização das relações sociais fora do Estado afetam os meios pelos quais o Estado monta sua infraestrutura ou distribui comida? Como essas competências permitem ou se sobrepõem à dominação e à coerção por meio de guerras ou coleta de impostos? E assim por diante.

O conceito relacional de poder é algumas vezes apresentado como alternativa aos enfoques que sublinham as origens não sociais do poder social. Para tais vieses, seria possível analisar o poder pelo prisma das disposições genéticas ou de traços psicológicos derivados da seleção natural, da racionalidade individual, da habilidade de tomar decisões etc.⁴ Em contraste a isso, as várias releituras da ideia de estrutura social em sociologia e antropologia, incluindo as abordagens clássicas como os sistemas de parentesco (Lévi-Strauss, 1971; White, 1963), organizações (Zald, 1970), e Estados (Evans *et alii*, 1985) sugerem que aquelas análises passam ao largo de um aspecto essencial relativo ao funcionamento do mundo, e dessa forma acabam por ignorar também um aspecto essencial do poder. Os vários traços não sociais dos indivíduos devem encontrar expressão no interior de uma estrutura relacional; para que se compreendam como indivíduos, ou grupos de indivíduos, com poderes e controle uns sobre os outros, é preciso que entendamos a realidade de suas relações mútuas.

Discursiva-hermenêutica

Explicações empíricas – ou partes de explicações – que se debruçam sobre os conceitos de “discurso”, a “formação discursiva” ou as “estruturas culturais” tendem a apresentar uma estrutura epistêmica diferente daquela que alicerça a matriz “relacional”. Ao basear-se mais na hermenêutica do que em uma teorização dos mecanismos, tais explicações tendem a abraçar a ideia de que o sentido deve ser encarado como

4. Notadamente o programa de pesquisa em torno da noção de obtenção de *status* tentou conceituar de que maneira fatores como educação parental e renda, comparados com a capacidade cognitiva inata, explicavam a mobilidade social ou a obtenção de *status*. Essa literatura ganhou novos fatores “não sociais” considerados relevantes, como a genética e as interações ambientais (Adkins & Guo, 2008; Adkins & Vaisey, 2009).

5. A primeira expressão é um trecho do discurso de posse que Franklin Delano Roosevelt proferiu em 1933 quando foi eleito presidente dos Estados Unidos pela primeira vez. A segunda vem do latim “*audere est facere*” (além de ser o lema do time de futebol inglês Tottenham). A terceira é o nome que o governo J. W. Bush deu para a guerra contra o Iraque deflagrada em 2003. (N. T.)

um sistema de significação que é 1. relativamente anônimo, 2. arbitrário e contextual e 3. difuso em sua presença e em seus efeitos. Esses estudos dedicam-se a construir linhas causais reunindo muitas ações específicas diferentes em um mesmo conjunto para que então se evidencie como todas essas ações em alguma medida pressupõem uma (ou são moldadas por uma) formação discursiva. Encontrar ou reconstruir essa formação discursiva é a principal meta do pesquisador que se filia a essa perspectiva. Ademais, as explicações esboçadas por essa abordagem geralmente se apoiam na noção da teoria social do discurso que afirma que o sentido pode ser mais eficaz justamente quando se mostra impreciso, ambíguo ou vago. A carga emocional e a eficácia que certas expressões aparentemente incoerentes e pouco precisas têm (como “não há nada a temer exceto o próprio medo”, “ousar é fazer”, “operação liberdade iraquiana”)⁵ evidencia como o poder que o sentido anuncia para mobilizar o mundo social não reside apenas em sua natureza holística, mas pode também derivar, pelo menos em alguns casos, de suas ambiguidades inerentes e das maneiras imprevisíveis em que pode ser elaborado. Abraçar esse princípio significa afirmar que o discurso ou o sentido não podem ser reduzidos a uma série de mecanismos situados em um nível mais estrutural de análise; em outras palavras: adotar o ponto de vista hermenêutico-discursivo é se recusar a considerar que o discurso subsista como mera subcategoria contida no interior da causalidade relacional-realista (Reed 2011).

Sendo assim, para essa dimensão de poder, a capacidade e a dominação estão inscritas no discurso, e é por esse motivo que elas são tão difusas, anônimas e idiossincráticas quanto o próprio discurso. O potencial discursivo se evidencia, por exemplo, na maneira com que uma série de mudanças nos sentidos que giram em torno das noções de cordialidade e de cavalheirismo enseja o desenvolvimento da mentalidade científica que promove o progresso tecnológico e o desprestígio em que a alquimia mergulha no início do período moderno inglês (Shapin, 1994). Ou, quando pacientes imersos em discursos terapêuticos, talvez discursos em que sonhos são debatidos e interpretados, passam por um processo de reconstrução subjetiva que os deixa mais confiantes em sua capacidade de agir racionalmente no mundo. No entanto, como esse último exemplo sugere, essa abordagem discursiva-hermenêutica não deixa de tecer um comentário acerca da dominação.

Se continuarmos com o binômio poder-causalidade em mente, então poderemos observar o *Orientalismo* (1978) de Edward Said como uma típica análise da dimensão discursiva de poder. Said argumentou que só se conseguiria ter uma noção plena da dominação que o Ocidente exerceu sobre o Oriente no período colonial caso se investigasse e se interpretasse como os administradores e os intelectuais britânicos e franceses *imaginaram* e *significaram* o Oriente. Inspirado por essa diretriz, o autor revelou uma complexa formação discursiva que definiu as arestas dos programas coloniais de soberania e que apoiou e legitimou essa dominação sobre as populações

tanto do Oriente quanto do Ocidente. Além de ser uma pesquisa extremamente valiosa que influenciou várias áreas de conhecimento, esse é um trabalho seminal para a conceituação do “Oriente” como objeto de interesse do “Ocidente”. É dessa maneira que a formação discursiva explica (ou ajuda a explicar) as ações sociais dos colonizadores ingleses e franceses no Oriente Médio e, em outra medida, alguma das ações dos colonizados também.⁶

Performática-pragmática

O pragmatismo surgiu na sociologia como maneira de repensar a ação social e, dito de maneira específica, também como alternativa ao modelo parsoniano da ação movida a normas/valores que se alicerçava na noção weberiana de racionalidade “sentido e fim” (Joas, 1996; Swidler, 1986). Mas, recentemente, ideias oriundas da filosofia e da sociologia pragmática, ao direcionarem o foco da análise para as sequências de ações concretas, apareceram como reação aos modelos mecanicista e discursivo de causalidade. Dessa maneira, o crescimento do “pragmatismo cultural” na sociologia da cultura salientou como a cultura deve ser feita para “andar e falar”, através de uma *mise en scène* (Alexander, 2004; Alexander, Giesen & Mast, 2006). Em paralelo a isso, um outro viés pragmático que enxerga os atores humanos em um estado de oscilação entre criatividade e hábito foi proposto por Neil Gross como mais uma opção à abordagem mecanicista de causalidade.

Pragmáticos tenderiam a ver os mecanismos sociais como algo composto por cadeias ou agregados de atores se confrontando com situações problemáticas e mobilizando respostas mais ou menos habituais (Gross, 2009: 368).

Nessas duas correntes de pensamento teórico, a criatividade situacional da ação (Joas, 1996) é algo essencial para que se entenda como a vida social funciona. Esse conceito remete a uma canônica tradição sociológica de microanálise que fez uso de metáforas dramáticas e de conceitos como “condição de felicidade” e “cadeias de interação ritual” para estudar como se dá a interação. A performance, no entanto, não precisa necessariamente estar limitada ao nível micro. A ação performática pode ter efeitos na esfera das interações face a face, mas pode também agir em uma instância macro, como em eventos da mídia ou nos grandes “dramas sociais” (Dayan & Katz, 1992; Turner, 1975).

Se continuarmos no rastro da díade poder-causalidade, sem perdermos de vista o conceito de “performático” e a ênfase na ação criativa, encontraremos um espaço causal que se distancia tanto das posições relacionais em uma dada estrutura social como de formações discursivas. Em outras palavras, pode-se dizer que a epistemologia performática-pragmática possui uma imagem diferente de causalidade social. Ten-

6. As explicações de Said foram criticadas por sociólogos que a consideraram excessivamente orientadas pelo discurso. As críticas partiram não apenas daqueles que estavam preocupados com a economia política do colonialismo, mas, também, daqueles que tentavam especificar como as formações discursivas das representações de Oriente dos não ocidentais foram institucionalizadas empiricamente. De acordo com George Steinmetz, o “discursivismo” de Said “é reducionista no seu imaginário causal, e desatento aos níveis psíquicos e sociais de causalidade” (Steinmetz, 2007: 26). A crítica de Steinmetz enfatiza a necessidade de separar analiticamente as dimensões do poder, de modo a examinar empiricamente suas várias interseções e interações.

tarei mostrar isso primeiramente através de uma analogia da teoria dos atos de fala e, em seguida, pela abordagem da ação e da intersubjetividade proposta por George Herbert Mead e repensada por Hans Joas.

A teoria dos atos de fala se ocupa em diferenciar analiticamente os aspectos locucionários, ilocucionários e perlocucionários da expressão. Dito de maneira sintética, o primeiro se refere ao que é dito, o segundo ao que ocorre em se dizer algo, e o terceiro trata do que acontece por se ter dito algo. Se eu disser “essa aula acabará em dez minutos”, estou tecendo um comentário sobre um fato no mundo (locucionário); fazendo uma quase promessa para os meus estudantes, dependendo de como eles vão me interpretar (ilocucionário); e, finalmente, também estou criando um efeito nas ações dos meus estudantes: eles vão começar a arrumar suas mochilas em aproximadamente dez minutos, mesmo se eu ainda estiver falando (perlocucionário). Essas dimensões da expressão podem ser usadas para distinguir diferentes tipos de atos de fala e, originalmente, J. L. Austin fez uma distinção entre expressões “constativas” e “performativas”. De acordo com esse par analítico, as expressões performativas (tais como promessas, o “sim” que se fala no altar, ou ameaças) apoiam-se marcadamente em seus aspectos ilocucionários e perlocucionários. Já as constativas podem, primeiramente, ser avaliadas no que diz respeito à sua veracidade ou falsidade, enquanto as performativas são julgadas pertinentes ou impertinentes, exitosas ou fracassadas, de acordo com sua eficácia. Judith Butler, ao se apropriar desse discurso (e interpretá-lo de maneira criativa) e do debate entre Jacques Derrida e John Searle, sublinhou que tais expressões podem ser pensadas também como atos de poder. A questão para a filosofia dos atos de fala torna-se, então, entender como as forças ilocucionárias e perlocucionárias inerentes aos atos de fala conseguem ser também forças que ensejam a dominação, bem como, talvez, a resistência (Austin, 1975; Butler, 1997a: 9-12; Searle, 1974: 54-71; ver, ainda, Bach, 2006).

A maior parte desse trabalho filosófico se deu no interior de um espaço intelectual circunscrito por uma filosofia da linguagem comum e pela ênfase pós-estruturalista nas ambiguidades da palavra falada e/ou escrita. Mas desse trabalho podemos extrapolar uma analogia que ajuda a entender a ligação poder-causalidade no mundo social. A analogia é a seguinte: o poder é performativo na medida em que seu desenrolar no decurso de uma ação social funciona como ato de fala que ameaça, pronuncia ou promete; o poder é relacional ou discursivo na medida em que seu desenrolar funciona como ato de fala que atesta uma proposição ou um relato acerca do mundo. Então, assim como podemos “verificar”, um ato de fala checando se ele afirma algo reputado como verdadeiro, a posição relacional ou a codificação discursiva de onde emana um exercício de poder também pode ser recuperada. Em contraste, nem sempre é possível refazer esse rastro e remeter um exercício de poder a um “mapa fixo do poder social” (Butler, 1999: 122). Ao invés disso, nesses casos, eles devem ser analisados

como sendo eles mesmos detentores de força social, força essa que deriva da posição temporalmente concreta e da intersubjetividade situacional que esses exercício de poder estabelecem com outras ações. Sendo assim, a “performance”, ou a “performatividade”, pode criar poder social e não apenas *expressar* relações de poder já existentes, da mesma forma que alguns atos de fala podem *criar* um casamento ou nomear um navio ao invés de apenas se referirem à existência desses eventos.

Essa analogia se faz presente em várias apropriações que as ciências sociais fazem do conceito de performatividade (principalmente devido à influência do trabalho de Butler e do desenvolvimento de uma certa interpretação de Austin, Searle e Derrida feita nesse trabalho). No entanto, a última imagem causal sublinhando essa ideia pode ser encontrada não no pós-estruturalismo *per se* mas na filosofia pragmática de G. H. Mead. O pragmatismo de Mead transforma a metáfora performativa em uma ontologia. Na teoria social de Mead, os próprios atos são relevantes para as ações futuras, exercendo assim poder sobre elas, poder esse que não foi “delegado” aos atos por relações de poder que supostamente os teriam antecedido (para uma debate sobre essa “delegação”, ver Bourdieu, 1993a; Butler, 1999).

Nos seus últimos escritos e palestras, Mead elaborou uma filosofia da temporalidade e da interação de atores humanos entre si e com o mundo físico, que se distancia tanto do determinismo mecanicista quanto da filosofia teleológica da história. Para Mead, o passado está contido no presente uma vez que promoveu ajustes nos hábitos de ação que o ser humano carrega consigo; o futuro está contido no presente através do “controle que o campo mutável da experiência mantém sobre o ato que está sendo executado” (Mead, 1934: 351 apud Joas, 1985). Quando se adiciona a essa ontologia do tempo uma ação humana situada no âmbito da *praxis* intersubjetiva – como Mead o fez –, o resultado que é uma ontologia na qual o evento socialmente constituído e fisicamente situado ganha poder causal em si mesmo. Para essa perspectiva, as ações constituídas por vários acontecimentos estão aptas a criar sua própria maneira de controlar o futuro justamente porque conseguem ultrapassar a fronteira das determinações passadas que as limitam.

Essa é a imagem performativo-pragmática da causalidade social em sua forma pura. Quando muitos atores estão envolvidos em uma mesma ação, o presente intersubjetivamente constituído daquela tarefa (a saber: “o que nós estamos fazendo”) conecta-se ao passado e ao futuro através de condicionamento e controle, respectivamente, mas o evento, *sui generis*, é sua própria forma de poder causal. É por isso que a socialidade criada pelo evento o situa exatamente entre dois sistemas de relações bastante nítidos: “o novo evento pertence tanto a velha quanto a nova ordem que seu surgimento anuncia. Socialidade é a capacidade de se ser várias coisas de uma só vez” (Joas, 1985: 183; Mead, 1932: 49).

Nesse espaço do “evento”, os próprios atos têm a capacidade de transformar os hábitos e as relações sociais de onde emergiram; como se pode ver, essa filosofia do tempo e a teoria dos atos performáticos de fala apontam para o mesmo aspecto da vida social: a autonomia que o próprio ato apresenta, situado frente a frente com outros atores no tempo e no espaço, de influenciar o que acontecerá no futuro.

Há quem acredite que a filosofia de Mead desse período é a interpretação da realidade definitiva e mais apropriada das ciências sociais, já que se configura como um tipo de filosofia do tempo fundamental para a relação entre história e sociologia (Abbot, 2001: 224-230). Minha proposta é menos ambiciosa: sugere simplesmente que, ao discutir a ação dessa maneira, Mead chamou nossa atenção para apenas *uma* das muitas formas de causalidade no mundo social. Sendo assim, proponho um debate dessa forma de causalidade com as demais, tendo em mente o objetivo específico de compreender melhor as dimensões de poder.

Da epistemologia e ontologia às dimensões de poder

Argumentos epistemológicos e ontológicos são frequentemente colocados em um nível metateórico. Mesmo que não se pretendam “fundacionais” em um sentido lógico-positivo, ainda assim tendem a funcionar no nível das “pressuposições” ou das preliminares de um argumento. Assim, são muitas vezes considerados como mutuamente exclusivos. Meu argumento aqui é para uma mudança nesse nível de abstração, motivado por uma intuição de que dessa forma será possível desenvolver ferramentas conceituais melhores para auxiliar as pesquisas sobre poder e dominação. Ao invés de encararmos as três imagens de causalidade apresentadas acima como “paradigmas” incomensuráveis, proponho que as usemos para construir uma abordagem do poder que seja multidimensional. Essa abordagem deve funcionar como tipologia operacional, que pode ser operada de várias maneiras, e sua utilidade ocorre precisamente na medida em que permite um exame de como as diferentes dimensões do poder interagem, condicionam umas às outras e se desenvolvem historicamente.

As três dimensões do poder: definições e exemplos

Poder relacional refere-se ao grau em que a estrutura de relações ou vínculos entre atores (onde essas relações ou vínculos podem ser constituídos de diversas formas, e os atores podem ser tanto individuais como coletivos) determina a capacidade de certos atores de controlar ou limitar as ações dos demais, de concretizar suas vontades sobre e contra as vontades dos outros e, de maneira geral, de dirigir a vida social, frequentemente em seu favor. Poder, na medida em que é algo relacional,

deriva das *posicionalidades em uma estrutura de relações sociais*. Essas posicionalidades podem ser dinâmicas, e algumas formas de poder relacional envolvem mecanismos sociais.

Poder discursivo refere-se ao grau em que as categorias de pensamento, simbolizações e convenções linguísticas, bem como os modelos significantes sobre e para o mundo determinam a capacidade de certos atores controlarem as ações de outros, ou de aumentar essas capacidades. O poder é discursivo na medida em que está “inscrito nas” significações e percepções, e essas significações e percepções criam ou dão forma a certos tipos de sujeito, reforçam certas noções hegemônicas e/ou naturalizam um conjunto particular de objetos sociais ou certas modalidades de relações sociais.

Poder performático refere-se a como ações situadas e contextos de interação exercem controle sobre os atores e suas ações futuras. No poder performático, atos “bem ajustados”, “em sintonia” com a situação, fornecem aos atores um caminho para um “quantum de energia social” e para “fazer com que B faça algo que não faria em outra situação”. O poder é performático na medida em que repousa nas especificidades singulares daquele evento particular, ou seja, na “eventicidade” [*eventness*] de um conjunto específico de ações concretas. Esta forma de poder frequentemente funciona ao transformar as expectativas e as emoções dos atores envolvidos e, dessa maneira, (contribuindo para) controlar ou coordenar suas ações futuras.

O poder performático, em contraste com o poder discursivo, pode, com uma frequência quase constante, aumentar sua própria escala ao se tornar um espetáculo público ou ao atrair a atenção para si. O sucesso do poder performático dá-se quando ele “desencadeia” uma performance autônoma ou eficaz. Na dimensão performática do poder, as dimensões temporal e espacial da ação são trazidas ao primeiro plano, em contraste à imersão e à imanência destas nas estruturas relacionais ou nas formações discursivas.

Um exemplo das dimensões de poder:
a Queda da Bastilha e a Revolução Francesa

Tomo aqui um exemplo do meu próprio campo de estudo – a sociologia histórico-comparativa – em uma tentativa de tornar mais claro como o mesmo processo pode ser analisado em termos das três dimensões de poder. Apoio-me nas abordagens clássicas da Revolução Francesa e do seu evento-chave, a Queda da Bastilha, para iluminar os conceitos de poder relacional e discursivo; em seguida, adiciono a essas leituras da Revolução Francesa a dimensão performativa do poder, apoiando-me, mas fazendo uma releitura, no trabalho de William Sewell Jr. sobre a Bastilha como evento.

Poder relacional e a Revolução Francesa

O argumento de Theda Skocpol (1979) é um exemplo clássico de análise da dimensão relacional do poder. Ao confrontar a posição relacional dos Estados com outros Estados em competição internacional, aliando-se a isso a probabilidade estrutural de revoltas camponesas e, é claro, a relativa autonomia do poder do Estado e das classes envolvidas, tem-se então os aspectos essenciais de sua análise causal a respeito das tomadas de poder que caracterizam as revoluções. Mais especificamente, todavia, a autora explica os eventos do verão de 1789, incluindo a Queda da Bastilha, da seguinte maneira:

Consequentemente, no início do verão de 1789, as querelas internas à classe dominante em torno das formas de representação culminaram em uma vitória para a Assembleia Nacional de Paris e seus vários apoiadores liberais urbanos, oriundos das mais diversas partes da França (Skocpol, 1979: 67).

Pode-se argumentar a respeito das ênfases de Skocpol em certas estruturas de relacionalidade na explicação desse ponto-chave da Revolução Francesa, mas é difícil imaginar uma indicação mais clara do vínculo entre poder e causalidade, entendido relacionalmente: em cada ponto, Skocpol relaciona controle e dominação à estrutura subjacente de relacionalidades dinâmicas entre diferentes atores. De maneira geral, pode-se estabelecer a dimensão relacional do poder como aquela que baliza grande parte dos debates da segunda onda de sociologia histórico-comparativa (Adams, Clemens & Orloff, 2005).

Poder discursivo e a Revolução Francesa

O interesse na dimensão discursiva do poder animou a explosão de pesquisas sobre o aspecto “cultural” ou “ideológico” da Revolução Francesa. Keith Michael Baker (1990), em sua abordagem das origens ideológicas da Revolução, explica-nos que

[...] a emergência, a elaboração e a interpretação desses três discursos [justiça, vontade e razão]... definiram a cultura política que emergiu na França em fins do século XVIII e proveram o arcabouço ideológico que deu um significado explosivo aos eventos que destruíram o Antigo Regime. As origens da linguagem política de 1789, que se constituiu como um fundamento da nova ordem... parece ter se dado por meio da competição entre os discursos (Baker, 1990: 27).

Em seu próprio estudo a respeito das “poéticas do poder” na revolução, Lynn Hunt (1984) delineou seu argumento a respeito da linguagem da revolução da seguinte maneira:

A linguagem revolucionária não era um simples reflexo de mudanças drásticas e de conflitos... a linguagem política não era simplesmente uma expressão de posições ideológicas determinadas por interesses sociais ou políticos subjacentes. A própria linguagem ajudou a formar percepções de interesses e, conseqüentemente, ideologias... o discurso político revolucionário era retórico; era um meio de persuasão, uma maneira de reconstituir o mundo social e político (Hunt, 1984: 24).

Talvez a frase-chave aqui seja “ajudou a formar percepções de interesses”. Variações dessa frase frequentemente acompanham as análises da dimensão discursiva do poder, estendendo-se até o argumento de Lukes sobre a terceira dimensão – ou face – do poder. A análise da dimensão discursiva do poder é uma generalização desse argumento que coloca, de um lado, a análise de como o discurso afeta as relações sociais e, do outro, qualquer entendimento específico dos interesses objetivos dos agentes. A ideia aqui é reconstruir hermeneuticamente o discurso de maneira a entender como sua “paisagem simbólica”, enquanto tal, engendra vantagens e desvantagens, “poder de” e “poder sobre”, e assim por diante.

O evento da Bastilha e o poder performático

Foi no contexto da virada rumo ao poder discursivo no estudo da Revolução Francesa que William Sewell Jr. desenvolveu seu argumento sobre a Bastilha, a saber, que o evento conhecido como “Queda da Bastilha” “inventou a revolução”. O que o evento fez – o autor argumenta – foi articular, mediante uma dialética da ação e interpretação, a fusão entre violência popular e soberania democrática que se tornaria a Revolução Francesa. Essa interpretação conecta-se diretamente aos argumentos presentes na história cultural da revolução a respeito da emergência “do povo” ou “do público” como fonte significativa de legitimidade na cena política da França ao final de seu Antigo Regime.

Apesar de o trabalho de Sewell surgir de uma reorientação nas reflexões sobre a revolução que passou a enfatizar o poder discursivo, sua análise sobre a Queda da Bastilha vai além, sai em busca de um conceito de poder performático. “A Bastilha” foi, afinal, um “evento”, e é precisamente em sua “eventicidade” que devemos atentar para sua dimensão performática.⁷ O foco histórico específico de Sewell está, em verdade, na temporalidade e no encadeamento histórico específico das ações durante o verão

7. Para uma teoria social dos eventos, ver Wagner-Pacifici (2010).

de 1789. Sewell aponta para a variedade de contingências históricas e de manobras performáticas específicas – ações e retórica no meio do evento – que tornaram a revolução uma realidade, e esse encadeamento específico permitiu que certos atores controlassem outros, que uma certa violência fosse legitimada enquanto outros atos violentos fossem condenados etc.

Todavia, Sewell não formaliza seu entendimento a respeito da ação e da interpretação durante um evento como o estudo de uma dimensão diferente de poder, dimensão particularmente propensa a emergir em “tempos instáveis” (Swidler, 2001). De fato, ao fim de seu argumento sobre a “Bastilha” como um evento, o autor refere-se ao poder relacional, ao discutir a “chancela autoritária” dada a certa interpretação dos eventos pelas “autoridades governantes centrais” (Sewell, 1996: 875). Em outras palavras, o autor argumenta que a interpretação da Bastilha como o começo de uma revolução popular-democrática ganhou peso porque, como interpretação, ela surgiu de certa posição no interior de uma estrutura relacional: uma instituição poderosa constituía-se enquanto autoridade anterior ao evento. Não bastava que qualquer um interpretasse a Bastilha como expressão da soberania do povo francês. Alternativamente, foi a posição institucional da Assembleia Nacional que fez com que a retórica elaborada tivesse consequências tão significativas. Sewell expande esse argumento para sugerir que essas interpretações de autoridade emergirá no ambiente institucional específico às ações sob estudo:

Devemos esperar que a localização da ação rearticuladora varie com a configuração e o escopo do evento. Um evento religioso pode muito bem encontrar sua “resolução de autoridade” em uma configuração determinada... Uma ruptura nas relações de parentesco pode ser sancionada pelos anciões de um clã ou por um acordo tácito por parte do conselho. Onde as rearticulações autoritárias serão feitas depende de quais modos de poder são ativados ou desafiados pelo evento em questão, bem como dos centros institucionais nos quais o poder afetado se concentra (Sewell, 1996: 875).

Essa é uma hipótese geral bastante útil que implicitamente se apoia numa abordagem que leva em conta as “fontes” do poder: poder relacional é a dimensão-chave, e diferentes “fontes” geram poder, especialmente para ações situadas em sua vizinhança.

Todavia, mesmo que se considere essa hipótese verdadeira para uma ampla variedade de casos, pode-se ainda querer saber por que determinadas performances na Assembleia Nacional foram mais persuasivas que outras, porque as ações envolvidas na Queda da Bastilha exigiram um certo tipo de resposta *in situ*, e quais interpretações daquele evento foram específica e radicalmente excluídas através da interação na assembleia. Para responder a essas perguntas, deve-se observar que o poder não deriva

apenas de posições no âmbito de uma estrutura e de códigos discursivos vigentes, mas também deriva da anatomia das performances em si, ou seja, de uma ação que ocorre no tempo e o no espaço direcionada a um público, e que bebe tanto do hábito como da criatividade.

Curiosamente, na parte empírica de seu ensaio sobre a Bastilha, Sewell não está preocupado com a relacionalidade das posições da Assembleia Nacional, nem com o surgimento da ideologia do esclarecimento (à la Baker e muito de seu próprio trabalho). Mais que isso, o autor está preocupado com a maneira com que as ações da turba e sua repercussão em jornais populares como *Les Révolutions de Paris*, combinaram-se, em uma dança laboriosa, com a interpretação da violência popular na Assembleia Nacional para produzir o “evento” da Bastilha e sua significância revolucionária (Sewell 1996: 852-860). Na abordagem de Sewell, a Queda da Bastilha não pode ser explicada apenas com os conceitos de poder relacional e discursivo; como “evento”, a queda precisa igualmente do conceito de poder performático. Dessa forma, seu ensaio pode ser lido como um texto que coloca implicitamente a seguinte questão: qual a relação entre poder relacional, discursivo e performático? É para essa questão que me dirijo agora.

Relações entre as três dimensões: hipóteses e discussão

Qual o grau de autonomia da dimensão performática?

Poder discursivo e poder performático devem necessariamente ser acionados. Como demonstraram inúmeros teóricos, estruturas sociais e esquemas simbólicos devem ser “atualizados” ou “tornados reais” ou ainda “encontrar expressão em” ações de indivíduos humanos; por essa razão, “estrutura” e “ação” são interligadas, codependentes ou coconstitutivas. Colocar as coisas nesses termos seria o mesmo que afirmar que o poder performático – como venho desenvolvendo aqui – é apenas o “outro lado da moeda” (ou das moedas) do poder discursivo e do poder relacional? Creio que não. Tentarei explicar as razões.

Ao invés de simplesmente entendermos “performance” como uma nova palavra para “ação”, o conceito de poder *performático* deve qualificar o grau em que capacidade e dominação podem ser remissíveis à efetividade concreta dos atos em si enquanto móveis do mundo. Deve ser uma maneira de aproximar-se da variabilidade empírica, na medida em que esse formato de poder *excede* a tradicional dialética entre estrutura e ação. A analogia com os “atos de discurso” é importante aqui: o que o poder performático permite recuperar analiticamente são as situações concretas em que a ação funciona como promessa ou como os votos de casamento, e não simplesmente

como constatação com uma referência clara e um valor de verdade. Permite ver se a efetividade da ação de uma pessoa deriva da maneira que ela foi “delegada a agir” por certas codificações discursivas ou certos posicionamentos relacionais; ou seja, na analogia feita, como um ato de discurso constativo ou se, quando alguém age, seu sucesso deriva de seu poder performático. Dessa forma, o que queremos saber, com o poder performático, é quando e como a situação concreta da ação excede, em seu impacto, as convenções sociais, os arranjos estruturais, as formações discursivas etc. (para uma discussão mais ampla sobre esse assunto, bem como para outras teorias dessa analogia, ver Bourdieu, 1993a; Butler, 1997a; 1999; Derrida, 1988).

Pensar o poder performático dessa forma – e, enfatizo novamente, não como reaproveitamento da díade estrutura *versus* ação – traz consequências positivas para a pesquisa. O ponto, teorizado extensivamente, sobre de que maneira a dramaticidade “cita” códigos discursivos e relações sociais que não estão imediatamente presentes no ato em si torna-se, assim, um ponto da pesquisa empírica sobre a interação das três dimensões de poder. A partir da perspectiva dimensional desenvolvida aqui, *o grau em que o poder performático impacta a ação passa a ser uma questão empírica*, e não uma constante metafísica ou uma assunção metateórica. Sendo assim, a questão é: em que medida o ajuste temporal, a ressonância emocional, a efetividade retórica – em contraste com a posição social dos atores que levam as ações a cabo, ou os códigos e narrativas citados por atores que “dão forma” a um problema – dão, aos atores, controle sobre os outros ou, de maneira geral, uma maior capacidade de se mover no mundo. O grau de pertinência desse modelo, em uma determinada situação que se analisa, é o grau em que o poder performático é autônomo em relação ao poder discursivo e ao relacional.

Temos muitas teorias sobre a performance, mas, segundo penso, pouca pesquisa empírica explicitamente direcionada para este problema. Para colocar a questão da autonomia do poder performativo na direção da pesquisa empírica, ofereço duas ideias para pesquisas futuras.

1. Em um processo comum, a agregação de “micro” atos de poder performativo ao longo do tempo cria uma mudança nos poderes discursivo ou relacional. Que condições institucionais tornam esse processo possível, ou mais provável?

A relação entre a agregação de poder microperformático e poder discursivo é a dinâmica sociológica subjacente em vários dos casos em que Judith Butler se apoia nas suas discussões teóricas sobre poder. A autora teoriza a reapropriação de nomes pejorativos como sendo um tipo de performatividade que pode resultar em uma mudança dos constructos discursivos de onde se originam as práticas pejorativas. A política em torno do termo *queer* é, talvez, o exemplo clássico a esse respeito,

apesar de a autora estender a análise aos discursos de ódio de maneira geral e às maneiras sutis pelas quais atos discursivos de ódio podem criar a oportunidade para a resistência a eles (Butler 1997a). Nessa dinâmica, “microperformances” incidem sobre as formações discursivas que elas mesmas citam no ato de reapropriação e resistência. O ponto aqui é que citar códigos discursivos pode surpreendentemente, a depender da situação e do contexto, transformar os significados naturalizados marcados naqueles códigos. Ao longo do tempo, essas reapropriações performáticas podem alterar a estrutura discursiva a que nos acostumamos. A questão sobre como esse processo acontece ganha uma feição mais complexa quando nos perguntamos se essas performances são premidas por atores da sociedade civil ou por atores agindo em nome do Estado, o que implica uma relação entre microperformances e poder relacional.

Se entendermos essa relação como processo através do qual o poder performático se associa ao discursivo e ao relacional, então uma pergunta-chave de pesquisa emerge: que condições permitem a efetividade desses tipos de agregação entre os poderes. Nem todas as tentativas de se apropriar de um termo estigmatizante tem sucesso. No caso do termo *queer*, podemos apontar para a existência de uma “esfera civil” que constrói discursivamente os cidadãos enquanto dignos de acesso a direitos e a um tratamento justo, e a subsequente aplicação desse esquema aos indivíduos auto-identificados como homossexuais. Ou para construção discursiva do movimento pelos direitos civis, como conquista heroica cuja memória informa as lutas mais recentes em torno de direitos civis (Alexander, 2006).

2. Em várias situações, macroperformances parasitam, ou meramente expressam, os poderes relacional e discursivo. Isto é, há uma performance, mas quase ou nenhum poder performativo é exercido. Em contraste, há situações em que o poder macroperformativo é vital. Identificar e explicar a diferença entre esses dois tipos de situação pode tornar-se um foco central da pesquisa empírica.

Está fora de dúvida que o comunicado anual do presidente dos Estados Unidos é um acontecimento grandioso, dramático e de grande difusão nos Estados Unidos. Várias inovações metodológicas foram desenvolvidas para provocar efeitos retóricos nas mais diversas audiências. Mas seus efeitos de poder são, no mais das vezes, extremamente limitados frente às formações de poder discursiva e relacional da política americana. Logo, apesar de a interpretação do comunicado anual como “um drama” ser de alguma forma útil, seu verdadeiro poder performático é praticamente nulo. Com algumas interessantes exceções, o comunicado anual raramente permite ao presidente uma maior ingerência sobre o Congresso – isto é, fazer com que os membros do Congresso façam coisas que não fariam de outra forma –, apesar de poder, de certa forma, ajudar a promover, com limitações, certas propostas que já gozam de al-

guma popularidade (Cane-Wrone, 2001; Edwards, 2006; Jones, 2010). Podemos dizer, então, que o comunicado anual é um caso em que o poder performático *não possui quase nenhuma autonomia* em relação às dimensões relacional e discursiva do poder político; uma “performance” existe em algum sentido existencial, mas não desenvolve um poder autônomo.

Para estender um pouco mais, a partir do que foi dito acima, podemos propor a existência de uma classe de eventos (pseudoeventos?) que não são, verdadeiramente, contextos para o poder performático *per se*, na medida em que são apenas uma dramatização parasitária das outras duas formas de poder. Em contraste, fica claro, também, que há outros eventos onde o poder performático ganha vida própria e se torna incrivelmente importante. Pode-se “inventar” a revolução pela derrubada da Bastilha; pode-se “proclamar a República”, como Von Hindenberg fez; pode-se fundar uma nova ordem política legal como ato político central da revolução (Arendt, 1993: 138-141). Nesses momentos, certos atos adquirem uma importância desproporcional e exercem um enorme controle sobre as ações futuras, o que coloca essas situações no lado oposto ao do comunicado anual no espectro do poder performático.

Duas questões de pesquisa emergem a partir do que aqui foi dito. Primeiro: o que influencia na variação da importância do poder performático para o desenrolar e os resultados de um evento? Suspeita-se que devemos operacionalizar o conceito de “tempos desestabilizados” de Swidler (2001) – isto é, situações nas quais os guias institucionais e normativos da ação se tornam mudos ou desaparecem. Segundo: nos contextos históricos em que o poder performático adquire grande importância, como a dimensão performativa se relaciona com as preocupações clássicas das teorias sociais do poder (a relação entre capacidade e dominação, bem como a questão das diferentes fontes de poder social)? Há certas fontes de poder para as quais a dimensão performática é mais importante? Há variação histórica na maneira em que o poder performático em uma esfera se relaciona com o poder performático em outra esfera? Essas questões conduzem-nos ao último argumento substantivo deste artigo.

Diferenciando as fontes e dimensões do poder no delineamento de pesquisas sociológicas

Considere novamente o argumento – comum a Mann, Poggi e Scott e talvez implicado na teoria dos campos e na teoria dos sistemas – de que o poder é diferenciado em termos de suas fontes. Nessa visão, a capacidade de fazer a diferença sobre como os outros seres humanos fazem diferença é mapeada em termos dos meios de poder socialmente ou organizacionalmente definidos – riqueza, *status*, piedade,

lealdade, comando, violência etc. Como argumentei acima, esta teorização das fontes do poder sugere certas questões programáticas de pesquisa: como as fontes de poder interagem? Como suas relações mudam historicamente? Há uma tendência de certas fontes de poder tornarem-se mais autônomas umas das outras ao cabo de longos períodos históricos? Alguma dessas fontes de poder domina certas sociedades, ou determinadas práticas no interior dessas sociedades? Qual a relação entre diferentes tipos de elites – definindo “elite” por suas vantagens frente a uma dada fonte de poder?

Vejo essas questões como essenciais. O argumento desse artigo é que teorizar o poder somente com respeito a suas fontes pode superestimar a complexidade do poder e, conseqüentemente, bloquear a visão de outras questões de pesquisa essenciais. Em particular, o risco é que as diferentes dimensões do poder (relacional, discursiva e performática) sejam ofuscadas por – ou confundidas com – as fontes do poder (econômico, político, militar, ideológico/religioso). Nessa seção, tentarei apresentar um quadro de análise para clarificar essa distinção.

Cruzando as dimensões e as fontes do poder

Ao seguir a tipologia de Mann para as fontes de poder (e substituindo “cultural” por “ideológico”), proponho que a análise do poder seja representada por uma matriz 3×4 , cruzando as dimensões com as fontes do poder. Na Tabela 1, dei um exemplo tipificado desse cruzamento em cada célula.

Uma tabela como esta é necessariamente esquemática e não informa algumas das informações vitais para qualquer estudo empírico, a saber, as relações que podemos obter entre as diferentes células da tabela. O que ela pode sugerir é uma maneira de fazer questões mais precisas a respeito do poder, utilizando para isso tanto o eixo das “fontes” como o das “dimensões”. Por exemplo, digamos que uma pesquisadora esteja interessada na hipótese da existência de uma “elite do poder”. Num caso mais particular, esta pesquisadora possui evidências para mostrar como, em certo período em determinada sociedade, as elites política, econômica e militar estão, em termos comparativos, mais unificadas que em outras sociedades. Usando a questão das dimensões, ela pode perguntar como essa comunhão entre as elites do poder surgiu e como ela se mantém. Pode questionar, por exemplo, se se trata de relações de troca e paternalismo ou de uma visão de mundo compartilhada que apresenta certas pessoas como intrinsecamente, naturalmente superiores? Ou houve uma grande crise na qual membros das elites militar, econômica e política, anteriormente diferenciadas, agiram coletivamente de uma maneira que os ligou, performativamente? Essas são algumas das questões que podemos fazer quando diferenciamos as fontes e as dimensões do poder.

*Um exemplo:
diferenciando poder discursivo e poder cultural*

A utilidade de separar as dimensões e as fontes do poder talvez seja mais evidente na maneira como esta separação é capaz de resolver uma ambiguidade fundamental entre poder “cultural” e “ideológico” que atravessa a literatura sociológica. Há uma tendência ao erro quando se tenta diferenciar cultura como *fonte* específica de poder (e, logo, a “esfera” ou a localização deste recurso de prestígio, de honra, de um estilo de vida, de uma noção de sagrado) e como *dimensão* do poder. Para acompanhar Foucault e vários historiadores de cultura política, sugiro que chamemos de “poder discursivo” ou poder das “formações discursivas” a dimensão cultural do poder. O intuito é diferenciar esta noção da ideia de que uma das fontes de poder são as instituições, as organizações e os campos como arte e religião como “produtoras de cultura”. É sempre difícil circunscrever um uso do termo cultura nas ciências sociais, mas tentarei brevemente justificar minha sugestão.

De maneira geral, quando nos referimos a redes de elites culturais – como os Brahmins de Boston,⁸ que desenvolveram as bases organizacionais para a música sinfônica (Dimaggio, 1991) – fazendo questões empíricas a respeito da sobreposição dessas elites com as elites políticas e econômicas, estamos nos perguntando a respeito de poder cultural no sentido das *fontes* de poder social. Mas, se nos perguntarmos a respeito da dimensão “cultural” da economia e da política fiscal, ou das técnicas de enquadramento discursivo de um certo movimento social, estamos nos perguntando sobre o poder em um sentido *dimensional*.

A noção de poder cultural enquanto *fonte* de poder é a base para a sociologia da cultura que, desde a sociologia clássica, toma arte e religião como “sistemas-modelo” de cultura (Guggenheim & Krause, 2012). A análise dimensional do discurso, por outro lado, refere-se menos a uma esfera institucional da atividade humana que a uma instância causal do mundo social. O poder discursivo está potencialmente presente, de maneiras empiricamente variáveis, em qualquer esfera da atividade humana.

Ambas as ideias – fontes culturais de poder e dimensão discursiva do poder – estão presentes no trabalho de Pierre Bourdieu. A literatura sobre a conceitualização que Bourdieu faz da cultura e do poder é volumosa e poderia ser o assunto de um artigo próprio (ver, notadamente, Swartz, 1997), mas, mesmo um rápido exame dos diferentes argumentos bourdieusianos revela o que quero dizer a respeito da diferença entre fontes e dimensões do poder.

Por um lado, Bourdieu esforçou-se à exaustão para diferenciar analiticamente – e então mostrar a relação entre as instâncias separadas dessa forma – os poderes discursivos

8. Os Brahmins de Boston são uma tradicional classe alta dessa cidade, que concentrou poder econômico e *status* social, desempenhando assim um papel importante na a formação cultural da região.

TABELA 1
EXEMPLOS DE PODER,
TABULADOS PELAS FONTES E PELAS DIMENSÕES

		Fontes de poder			
		Econômico	Político	Cultural	Militar
Dimensões do poder	Relacional	Tendência da taxa geral de lucro a cair devido à queda da razão entre mais-valia e capital total investido (Marx, <i>O capital</i> , v. 3, cap. 13).	A rede estrutural de diferentes regimes absolutistas nas modernas sociedades europeias (Mann, 1993: 177).	A institucionalização de uma distinção entre cultura “elevada” e cultura “popular” (Dimaggio, 1991: 376); o desenvolvimento de um “mercado espiritual” (Roof, 2001).	O desenvolvimento de redes militares semiautônomas como parte do desenvolvimento estatal (Hyslop, 2009).
	Discursivo	A construção de expectativas a respeito do futuro em consumidores pela mídia (Block, 1990:31); o reenquadramento das demandas de trabalhadores como “comunistas” e “demoníacas” (Isaac, 2002).	A construção do “público” do “povo” como importantes atores políticos (Baker, 1990: 72).	A estruturação do campo religioso (em parte) por meio da diferença entre “sagrado” e “profano” (Bourdieu, 1991; Durkheim, 1995).	A reconstrução do soldado como sujeito a ser “descoberto” para sujeito a ser “formado” (Foucault, 1995: 135-36).
	Performativo	O impacto da descoberta pública de práticas exploratórias no mercado de ações (Rock, 2003).	O “ato fundador” de uma constituição que estabelece uma ordem legal (Arendt, 1993: 138-141); a negociação de um escândalo entre um presidente e sua equipe (Mast, 2012).	Os milagres performatizados por um líder carismático (Weber, 1978: 1.111-1.157); a inovação construtiva da forma em um trabalho literário, particularmente durante um tempo de crise no campo literário (White, 1975: 108-110).	Os efeitos de testes de armas nucleares na balança de poder entre as nações (Paul, 2003: 26).

sivo e relacional em um dado campo. O autor também foi extremamente crítico de qualquer tendência dentro da sociologia (seja sobre religião, arte, educação, Estado, política etc.) a subestimar uma ou outra forma de poder (Bourdieu, 1991; 1995). Os campos, em outras palavras, possuem aspectos simbólicos (isto é, discursivos) e sociais (relacionais) que estruturam as estratégias complexas dos agentes internos a eles. Dessa forma, os campos podem ser analisados internamente a respeito das interações entre oposições simbólicas e formações de grupos. Esta análise pode ser feita em campos que são – ou não – marcados como “culturais”. Portanto, a explicação de Bourdieu sobre os capitais específicos de cada campo (Bourdieu, 1993b: 72-74),

ou sobre as “leis” de formação dos campos, desenha um programa de pesquisa em torno da relação entre poder discursivo e poder relacional nas mais diferentes arenas de lutas, bem como da expressão dessas relações nos *habitus* dos agentes envolvidos nessas lutas.

Por outro lado, a análise de Bourdieu sobre as relações entre os diferentes campos, e em particular seu engajamento crítico com as correntes althusserianas e ortodoxas do marxismo no que se refere às relações entre Estado, economia e cultura, constituem um argumento sobre as diferentes fontes de poder. Em particular, Bourdieu arregimentou um enorme volume de evidências e conceitos teóricos (como *habitus* e homologias estruturais) para explicar como o poder cultural (produzido em campos como os da arte, da religião e da ciência, por exemplo) influencia as sociedades modernas e diferenciadas (Bourdieu, 1984). Posteriormente, o autor desenvolveu uma teoria sobre a relação entre o poder cultural e o poder político – aqui, especialmente o econômico.⁹

9. Para um debate estendido sobre como os campos se relacionam uns com os outros, e os pontos positivos e negativos da teoria de Bourdieu a esse respeito, ver Calhoun (1993) e Eyal (2011).

Conclusão: teorizando as dimensões do poder com Lukes e para além de Lukes

Em seu texto *Poder: uma visão radical*, originalmente publicado em 1974, Steven Lukes se propõe a analisar as “dimensões” do poder. Desde então, os debates sobre o poder proliferaram em várias direções intelectuais, algumas profundamente influenciadas pelos trabalhos de Michel Foucault, outras situando-se na arena de considerações neoweberianas sobre as diferentes fontes de poder social. Lukes (2005), em versão atualizada de seu livro, identificou diretamente os estudos inspirados por Foucault como a visão “ultrarradical” do poder. Identificação essa incitada, talvez, pelas prerrogativas levantadas de que Foucault teria descoberto ou teorizado uma “quarta dimensão” do poder em seus estudos sobre discurso e formação do sujeito.

Para Lukes, a análise das dimensões do poder atribui a este conceito uma feição simultaneamente analítica e moral, pois as dimensões do poder são articuladas com relação ao conceito de interesse, sendo esse último normativamente carregado. As três dimensões do poder presentes em Lukes são três diferentes maneiras pelas quais as atividades no mundo social se cruzam com a capacidade de atores humanos racionais de reconhecer, articular, representar e atingir seus interesses. Na primeira dimensão, os interesses são claros; questões importantes emergem nos debates e o poder é exercido por aqueles que veem seus interesses através, sobre e contra aqueles que falham nesse reconhecimento. Na segunda dimensão, certos interesses são mantidos abaixo da vista, fora das querelas explícitas ou numa formulação relativamente baixa; apesar desse caráter, eles existem para os atores afetados pelos atos de decisão explícitos e implícitos (ou de não decisão). Na ter-

ceira dimensão, vontades e desejos são manipulados a ponto de os interesses reais ou objetivos dos atores serem encobertos pelos próprios atores e substituídos por interesses subjetivos produzidos pelas várias estruturas que os circundam. O breve resumo acima sintetiza bem o esquema de Lukes, esquema este que resultou na conhecida controvérsia sobre como e quando o observador pode afirmar que um certo conjunto de atores possui “interesses reais” que diferem do que eles afirmam ou pensam ser seus interesses.

Lukes deliberadamente vincula seu trabalho sobre poder com preocupações normativas nas ciências sociais. É esta conexão – a articulação das dimensões do poder com o conceito de interesse – que permite argumentar detalhadamente que, apesar da vasta expansão, propiciada pelo trabalho de Foucault, do nosso entendimento sobre os mecanismos pelos quais o consentimento com uma vontade é atingido, este último falhou em superar ou substituir a conexão conceitual fundamental entre a afirmação de que uma determinada situação é uma situação de dominação e o compromisso normativo com ideias sobre liberdade, razão e interesse individual.

Neste artigo, toquei em um ponto diferente do trabalho de Lukes, a saber, a conexão entre nossas ontologias do mundo social e as teorizações do poder. Mais do que relacionar poder a interesse, e classificar essa relação entre três (ou quatro) dimensões, retornei ao corte analítico fundamental que Lukes operou com os pluralistas e busquei uma analítica do poder baseada em diferentes imagens causais do mundo social. Desse ponto de vista, o argumento de Lukes aparece como tentativa de ampliar o instrumental analítico que a sociologia possui para estudar o poder.¹⁰ Nos termos deste artigo, o desenvolvimento que Lukes faz da visão gramsciano-marxista enfatiza uma maneira central pela qual os poderes discursivo e relacional se interseccionam nas sociedades capitalistas modernas. Tratava-se de uma forma de poder que – ainda segundo o argumento de Lukes – não podia ser adequadamente analisada dentro do quadro analítico behaviorista dominante na ciência política americana.

Ao usar a linguagem das dimensões para enfatizar a conexão entre poder e causalidade, estou argumentando que precisamos ir *além* do nosso atual repertório conceitual para entender o poder. Meus esforços a esse respeito foram motivados pela prática: tomei três constructos epistemológicos sobre causalidade social que considero úteis para entender os mecanismos do mundo social e os transformei em uma tipologia das dimensões do poder. Outras investigações sobre as dimensões do poder são possíveis,¹¹ mas, neste artigo, tentei demonstrar a necessidade, em sociologia, de separar analiticamente o poder performativo dos poderes discursivo e relacional, bem como o fato de que, dessa maneira, podemos expandir o leque de questões a serem realizadas em pesquisas sobre o poder.

10. Daí sua disposição a investigar elementos contrafactuais enquanto partes de argumentos a respeito da terceira dimensão do poder (Lukes, 2005: 44).

11. Logo, em contraste com o foco aqui apresentado, pode-se desenvolver os esquemas causais associados à teoria psicanalítica – em particular, talvez, aqueles que se referem às motivações inconscientes do comportamento e da simbolização sexual – como dimensão do poder. Cf. Butler (1997b) e Steinmetz (2007: 55-65).

Afinal, para propor julgamentos sobre dominação, as três dimensões do poder apresentadas aqui devem ser relacionadas a um conceito de interesse dos atores sociais, ou talvez a uma proposição normativa mais geral sobre uma boa sociedade. Meu argumento não foi em direção a uma melhor crítica do poder, e sim orientado rumo a uma melhor análise dele. Se nós, sociólogos, mobilizássemos o vínculo conceitual entre poder e causalidade em nossas pesquisas empíricas, estudando não só as fontes do poder, mas também suas dimensões, nosso entendimento analítico, bem como nosso fundo de conhecimentos sobre o poder melhorariam. Esta melhora, por sua vez, informaria de maneira mais eficaz os debates sobre dominação e sobre como lidar com ela.

Abstract: This article draws on the conceptual link between power and causality to develop an account of the relational, discursive, and performative dimensions of power. Each proposed dimension of power is grounded in a different understanding of social causes: relational-realist, discursive-hermeneutic, and performative-pragmatic. For the purposes of empirical analysis, this dimensional schema crosscuts the classic sources of power typology developed by Michael Mann and others, thus rendering the conceptual apparatus for pursuing sociological research on power more complex and explanatorily effective. The schema is illustrated by an example from comparative-historical sociology: explaining the storming of the Bastille and its effects. A series of research questions for investigating the relative autonomy of performative power is proposed. Finally, the current schema is situated vis-à-vis classic sociological theories of power, including the arguments of Steven Lukes, Michel Foucault, and Pierre Bourdieu, among others.

Keywords: power; performance; discourse; social structure; Steven Lukes; causality; dimensions.

Referências

ABBOTT, Andrew. *Time matters: on theory and method*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

ABRUTYN, Seth. Towards a general theory of institutional autonomy. *Sociological Theory* 27(4), 2009, p. 449-465.

ADAMS, Julia; CLEMENS, Elisabeth S.; ORLOFF, Ann Shola (Eds.). *Remaking modernity: politics, history, and sociology*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.

ADKINS, Daniel; GUO, Guang. Societal development and the shifting influence of the genome on status attainment. *Research in Social Stratification and Mobility*, 26(3), 2008, p. 235-255.

ADKINS, Daniel; VAISEY, Stephen. Toward a unified stratification theory: structure, genome, and status across human societies. *Sociological Theory*, 27(2), 2009, p. 99-121.

JEFFREY, Alexander. *Positivism, presuppositions, and current controversies*. Berkeley: University of California Press, 1981.

JEFFREY, Alexander. *The civil sphere*. New York: Oxford University Press, 2006.

———. Cultural pragmatics: social performance between ritual and strategy. *Sociological Theory*, 22(4), 2004, p. 527-573.

JEFFREY, Alexander; GIESEN, Bernhard; MAST, Jason. *Social performance: symbolic action, cultural pragmatics, and ritual*. New York: Cambridge University Press, 2006.

ALLEN, Amy. *The power of feminist theory: domination, resistance, solidarity*. Boulder, CO: Westview, 2000.

———. Recognizing domination: recognition and power in honneth's critical theory. *Journal of Power*, 3(1), 2010, p. 21-32.

ARATO, Andrew; BREINES, Paul. *The young lukács and the origins of western marxism*. New York: Seabury, 1979.

ARENDT, Hannah. What is authority? In: ARENDT, Hannah. *Between past and future*. New York: Penguin, 1993.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1975.

BACH, Kent. Speech acts and pragmatics. In: DEVITT, M.; HANLEY, R. (Eds). *The blackwell guide to the philosophy of language*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2006.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Two faces of power. *American Political Science Review*, 56(4), 1962, p. 947-952.

———. *Power and poverty: theory and practice*. New York: Oxford University Press, 1970.

BAKER, Keith Michael. *Inventing the French Revolution: Essays On French Political Culture In The Eighteenth Century*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.

BENTON, Ted. *Philosophical foundations of the three sociologies*. New York: Routledge & Kegan Paul, 1977.

BHASKAR, Roy. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. New York: Routledge, 1998.

BLAU, Peter. *Exchange and power in social life*. New York: John Wiley, 1964.

BLOCK, Fred. *Postindustrial possibilities: a critique of economic discourse*. Berkeley: University of California Press, 1990.

- BORDO, Susan. *Unbearable weight: feminism, western culture, and the body*. Berkeley: University of California, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.
- . . Genesis and structure of the religious field. *Comparative Social Research*, 13(1), 1991, p. 1-43.
- . . *Language and symbolic power*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993a.
- . . *Sociology in question*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1993b.
- . . *The rules of art: genesis and structure of the literary field*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. *An invitation to a reflexive sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- BRENNER, Neil. Foucault's new functionalism. *Theory and Society*, 23(5), 1994, p. 679-709.
- BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997a.
- . . *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1997b.
- . . Performativity's social magic. In: SCHUSTERMAN, Richard (Ed.). *Bourdieu: a critical reader*. Malden, MA: Blackwell, 1999.
- CALHOUN, Craig. *Habitus, field, and capital: the question of historical specificity*. In: CALHOUN, Craig; LIPUMA, Edward; POSTONE, Moishe (Eds.). *Bourdieu: critical perspectives*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- CANES-WRONE, Brandice. The president's legislative influence from public appeals." *American Journal of Political Science*, 45(2), 2001, p. 313-329.
- CLEGG, Stewart R. *Frameworks of power*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1989.
- COLLINS, Randall. *Interaction ritual chains*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.
- DAHL, Robert. The concept of power. *Behavioral Science*, 2(3), 1957, p. 201-215.
- . . *Who governs? democracy and power in an american city*. New Haven, CT: Yale University Press, 2005 [1961].

- DAHRENDORF, Ralf. Out of utopia: toward a reorientation of sociological analysis. *American Journal of Sociology*, 64(2), 1958, p. 115-127.
- DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. *Media events: the live broadcasting of history*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.
- DERRIDA, Jacques. *Limited, Inc.* Evanston, IL: Northwestern University Press, 1988.
- DEWEY, John; BENTLEY, Arthur F. *Knowing and the known*. Boston: Beacon, 1949.
- DIGESSER, Peter. The fourth face of power. *Journal of Politics*, 54(4), 1992, p. 977-1007.
- DIMAGGIO, Paul. Cultural entrepreneurship in nineteenth-century Boston: the creation of an organizational base for high culture in america. In: MUKERJI, Chandra; SCHUDSON, Michael (Eds.). *Rethinking popular culture: contemporary perspectives in cultural studies*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- DOMHOFF, G. William. *Who rules America?* New York: Prentice Hall, 1967.
- DONATI, Pierpaolo. *Relational sociology: a new paradigm for the social sciences*. New York: Routledge, 2010.
- DURKHEIM, Emile. *The elementary forms of religious life*. New York: Free Press, 1995.
- EDWARDS, George C. *On deaf ears: the limits of the bully pulpit*. New Haven, CT: Yale University Press, 2006.
- EMERSON, Richard M. Power-dependence relations. *American Sociological Review*, 27(1), 1962, p. 31-41.
- EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology*, 103(2), 1997, p. 281-317.
- EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Eds.). *Bringing the State back in*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- EYAL, Gil. *Spaces between fields*. In: GORSKI, Phil (Ed.). *Pierre Bourdieu and historical analysis*. Durham, NC: Duke University Press, 2001.
- FLYVBERG, Bent. *Rationality and power: democracy in practice*. Chicago: Chicago University Press, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977*. GORDON, Colin (Ed.). New York: Vintage, 1980.
- . *The history of sexuality*. v. 1: An introduction. New York: Vintage, 1990.

———. *Discipline and punish*. New York: Vintage, 1995.

GALLIE, W. B. Essentially contested concepts. *Proceedings of the Aristotelian Society* (New Series), 56, 1956, p. 167-198.

GIDDENS, Anthony. "Power" in the recent writings of Talcott Parsons. *Sociology*, 2(2), 1968, p. 257-272.

———. *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.

GOFFMAN, Erving. Felicity's condition. *American Journal of Sociology*, 89(1), 1983, p. 1-53.

GOHLER, Gerard. "Power to" and "Power over". In: CLEGG, Stewart; HAUGAARD, Mark. *The Sage handbook of power*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2009.

GROSS, Neil. A pragmatist theory of social mechanisms. *American Sociological Review*, 74(3), 2009, p. 358-379.

GUGGENHEIM, Michael; KRAUSE, Monika. How facts travel: the model systems of sociology. *Poetics*, 40(2), 2012, p. 101-117.

HALL, John A.; SCHROEDER, Ralph (Eds.). *An anatomy of power: the social theory of Michael Mann*. New York: Cambridge University Press, 2006.

HAUGAARD, Mark. "Power: A "family resemblance" concept. *European Journal of Cultural Studies*, 13(4), 2010, p. 419-438.

HEARN, Jonathan. *Theorizing power*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

HEDSTROM, Peter. *Dissecting the social: on the principles of analytical sociology*. New York: Cambridge University Press, 2005.

HOBBS, Thomas. In: MOLESWORTH, Sir William (Ed.). *The english works of Thomas Hobbes of Malmesbury*, London: J. Bohn, 1839-1845.

HOLLIS, Martin. *The philosophy of social science: an introduction*. New York: Cambridge University Press, 1994.

HONNETH, Axel. *The critique of power: reflective stages in a critical social theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.

HONNETH, Axel; ALLEN, Amy; COOKE, Maeve. A conversation between Axel Honneth, Amy Allen, and Maeve Cooke, Frankfurt am Main, 12 April 2010. *Journal of Power*, 3(2), 2010, p. 153-170.

HUNT, Lynn. *Politics, Culture, and class in the French Revolution*. Berkeley: University of California Press, 1984.

HYSLOP, Jonathan. Martial law and military power in the construction of the South African State. *Journal of Historical Sociology*, 22(2), 2009, p. 234-268.

ISAAC, Larry. To counter “the very devil” and more: the making of independent capitalist militia in the gilded age. *American Journal of Sociology*, 108(2), 2002, p. 353-405.

JAY, Martin. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Berkeley: University of California Press, 1996.

———. *Marxism and totality: the adventures of a concept from Lukács to Habermas*. Berkeley: University of California Press, 1986.

JOAS, Hans. *G. H. Mead: a contemporary re-examination of his thought*. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

———. *The creativity of action*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

JONES, Jeffrey M. President’s support usually unaffected by State of Union. *Gallup Politics*. Retrieved December 17, 2012 (<http://www.gallup.com/poll/125396/president-support-usually-unaffected-stateunion.aspx>). 2010.

KROKER, Arthur. Modern power in reverse image: the paradigm shift of Michel Foucault and Talcott Parsons. In: FEKETE, John (Ed.). *The structural allegory: reconstructive encounters with the new french thought*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. New York: Verso, 1985.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *The elementary structures of kinship*. Boston: Beacon, 1971.

LUHMANN, Niklas. *Social systems*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.

LUKES, Steven. *Power: a radical view*. 2. ed. New York: Palgrave-MacMillan, 2005.

MANN, Michael. *The sources of social power*. v. 1. New York: Cambridge University Press, 1992.

———. *The sources of social power*. v. 2. New York: Cambridge University Press, 1993.

MAST, Jason. *The performative presidency: crisis and resurrection during the Clinton years*. New York: Cambridge University Press, 2012.

MEAD, George Herbert. *The philosophy of the present*. Chicago: Open Court, 1932.

———. *Mind, self, and society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MILLS, C. Wright. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press, 1959.

———. *The power elite*. New York: Oxford University Press, 2000.

MOLM, Linda D.; PETERSON, Gretchen; TAKAHASHI, Nobuyuki. Power in negotiated and reciprocal exchange. *American Sociological Review*, 64(6), 1999, p. 876-890.

PARSONS, Talcott. On the CONCEPT OF POLITICAL POWER. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 107(3), 1963, p. 232-262.

PAUL, Thazha V. Chinese-pakistani nuclear/missile ties and balance of power politics. *Nonproliferation Review*, 10(1), 2003, p. 21-29.

PEPPER, Stephen C. *World hypotheses: a study in evidence*. Berkeley: University of California Press, 1961.

PITKIN, Hanna. *Wittgenstein and justice: on the significance of Ludwig Wittgenstein for social and political thought*. Berkeley: University of California Press, 1972.

POGGI, Gianfranco. *Forms of power*. Cambridge, UK: Polity Press, 2001.

———. "Power". In: TURNER, Bryan S. (Ed.). *The Cambridge dictionary of sociology*. New York: Cambridge University Press, 2006.

POLANYI, Karl. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon, 2001.

PORPORA, Douglas. Four concepts of social structure. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 19(2), 1989, p. 195-211.

RAGIN, Charles. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, 1987.

REED, Isaac Ariail. *Interpretation and social knowledge: on the use of theory in the human sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

ROCK, Michael. Public disclosure of the sweatshop practices of american multinational garment/ shoe makers/retailers: impacts on their stock prices. *Competition and Change*, 7(1), 2003, p. 23-38.

ROOF, Wade Clark. *Spiritual marketplace: baby boomers and the remaking of american religion*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

- SAAR, Martin. Power and critique. *Journal of Power*, 3(1), 2010, p. 7-20.
- SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Vintage, 1979.
- SCOTT, John. *Stratification and power: structures of class, status, and command*. Cambridge, UK: Polity, 1996.
- SEARLE, John. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. New York: Cambridge University Press, 1974.
- SEWELL, William, Jr. Historical events as transformations of structures: inventing Revolution at the Bastille. *Theory and Society*, 25(6), 1996, p. 841-881.
- SHAPIN, Steven. *A social history of truth: civility and science in seventeenth-century England*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- SIMMEL, Georg. On individuality and social forms. LEVINE, Donald N. (Ed.). Chicago: University of Chicago, 1971.
- SKOCPOL, Theda. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China*. New York: Cambridge University Press, 1979.
- SLEZ, Adam; MARTIN, John Levi. Political action and party formation in the United States Constitutional Convention. *American Sociological Review*, 72(1), 2007, p. 42-67.
- SMITH, Christian. *What is a person? Rethinking humanity, social life, and the moral good from the person up*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- STEINMETZ, George. *The Devil's handwriting: precoloniality and the german colonial State in Qingdao, Samoa, and Southwest Africa*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- . The colonial State as a social field: ethnographic capital and native policy in the german overseas empire before 1914. *American Sociological Review*, 73(4), 2008, p. 589-612.
- SWARTZ, David. *Culture and power: the sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, 51(2), 1986, p. 273-286.
- SWIDLER, Ann. *Talk of love: how culture matters*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European States: AD 990-1992*. Malden, MA: Blackwell, 1990.

- TORFING, Jacob. Power and discourse: towards an anti-foundationalist concept of power. In: CLEGG, Stewart R.; HAUGAARD, Mark (Eds.). *The Sage handbook of power*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2009.
- TURNER, Jonathan. *The institutional order: economy, kinship, religion, polity, law, and education in evolutionary and comparative perspective*. New York: Addison Wesley Longman, 1997.
- . *Human institutions: a theory of societal evolution*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2003.
- TURNER, Victor. *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1975.
- VANDENBERGHE, Frederic. "The real is relational": an epistemological analysis of Pierre Bourdieu generative structuralism. *Sociological Theory*, 17(1), 1999, p. 32-67.
- WAGNER-PACIFICI, Robin. Theorizing the restlessness of events. *American Journal of Sociology*, 115(5), 2010, p. 1351-1386.
- WEBER, Max. *Economy and society*. ROTH, Guenther; WITTICH, Claus (Eds.). Berkeley: University of California Press, 1978.
- WHITE, Harrison. *An anatomy of kinship: mathematical models for structures of cumulated roles*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1963.
- . *Identity and control*. 2. ed. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.
- WHITE, Hayden. The problem of change in literary history. *New Literary History*, 7(1), 1975, p. 97-111.
- WRONG, Dennis. Some problems in defining social power. *American Journal of Sociology*, 73(6), 1968, p. 673-681.
- ZALD, Mayer N. (Ed.). *Power in organizations*. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 1970.